

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

QUESTÃO 01

Os representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgaram a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República de 1988**. CAPÍTULO VII – Artigo 37.

Ana Maria ministrou um curso sobre legislação, tratando especificamente do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Entendida do assunto, Ana Maria ensinou aos cursistas que:

- a) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- b) As funções de confiança e cargos em comissão poderão ser preenchidas independentemente de aprovação em concurso público em condições e percentuais previstos em lei.
- c) O prazo de validade do concurso público será de até um ano podendo ser prorrogado até duas vezes, por igual período, desde que justificado na forma da lei.
- d) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

QUESTÃO 02

Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República de 1988**. CAPÍTULO VII – Artigo 40.

Ana Maria procurou Antônio José para saber sobre diferentes tipos de aposentadoria. Tendo em vista o artigo 40 da Constituição Federal, que trata da previdência dos servidores públicos titulares de cargos efetivos dos entes federados, incluindo as respectivas autarquias e fundações, qual informação Ana Maria deu a ele?

- a) Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, quando sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
- b) Na aposentadoria voluntária deverá ser cumprido tempo mínimo de vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público e observadas as condições de sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- c) Na aposentadoria por invalidez permanente, quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, os proventos serão proporcionais ao tempo de contribuição.
- d) Os proventos serão proporcionais ao tempo de contribuição, na aposentadoria compulsória, que se dá somente aos setenta anos de idade.

QUESTÃO 03

De acordo com a lei 8.666/1993, em qual situação a licitação pode ser dispensável?

- a) Para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.
- b) Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- c) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- d) No caso de venda de materiais e equipamentos para outros órgãos ou entidades da Administração Pública, sem utilização previsível por quem deles dispõe.

QUESTÃO 04

Em qual modalidade de licitação a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais, conforme Decreto 3.555/2000?

- a) Tomada de preços.
- b) Concorrência.
- c) Convite.
- d) Pregão.

QUESTÃO 05

José Antônio ministrou um curso a servidores públicos de uma instituição federal, apresentando conceitos sobre modalidade licitatória aplicável. Qual definição está em consonância com o Art. 22, da Lei 8.666/1993?

- a) Concorrência: modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- b) Concurso: modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
- c) Concorrência: modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- d) Tomada de preços: modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

QUESTÃO 06

Em relação aos princípios que norteiam as licitações e contratos da Administração Pública, regulados pela lei 8.666/93, o Diretor Administrativo de uma instituição Federal orientou, corretamente, que:

- a) O estabelecimento de tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais é permitido aos agentes públicos, sem ressalva.
- b) As normas de licitações e contratos devem ser uniformes a todos os licitantes, não devendo privilegiar, por exemplo, o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.
- c) A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- d) O procedimento licitatório, previsto na lei 8.666/93, caracteriza ato administrativo informal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública.

QUESTÃO 07

A Lei Complementar nº 101, promulgada em 4 de maio de 2000, chamada de Lei de Responsabilidade Fiscal, que entrou em vigor em sua publicação em 5 de maio de 2000, é uma Lei Complementar brasileira impõe o controle dos gastos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, condicionado à capacidade de arrecadação de tributos desses entes políticos.

Ao ministrar um curso para servidores de uma instituição federal, Ana Maria afirmou que, de acordo com o art. 5º, o projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar, não procede a afirmação de que:

- a) O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.
- b) todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- c) A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.
- d) A lei orçamentária consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

QUESTÃO 08

A divulgação oficial do ato da Administração para ciência do público em geral, com efeito de início da atuação externa, ou seja, de gerar efeitos jurídicos, corresponde à qual Princípio da Administração Pública, conforme Constituição da República Federativa do Brasil de 1988?

- a) Princípio da Moralidade.
- b) Princípio da Legalidade.
- c) Princípio da Publicidade.
- d) Princípio da Impessoalidade.

QUESTÃO 09

Após a publicação do aviso contendo o resumo do edital, para uma licitação a ser realizada na modalidade tomada de preços, quando for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço", o prazo mínimo até recebimento das propostas ou da realização do evento, de acordo com a lei 8.666/1.993, é de:

- a) 30 (trinta) dias.
- b) 15 (quinze) dias
- c) 05 (cinco) dias úteis.
- d) 45 (quarenta e cinco) dias.

QUESTÃO 10

De acordo com a Portaria Normativa nº 05, de 19 de dezembro de 2002, processo é o documento ou o conjunto de documentos que exige um estudo mais detalhado, bem como procedimentos expressados por despachos, pareceres técnicos, anexos ou, ainda, instruções para pagamento de despesas; assim, o documento é protocolado e autuado pelos órgãos autorizados a executar tais procedimentos.

Ana Maria atua numa instituição pública federal. Responsável pela abertura e tramitação de um processo, percebeu ser necessária a juntada de dois processos. Compreendendo a distinção exata e correta entre Juntada por Apensação e por Anexação, Ana Maria optou pela:

- a) Juntada por Anexação é a união provisória de um ou mais processos a um processo mais antigo, destinada ao estudo e à uniformidade de tratamento em matérias semelhantes, com o mesmo interessado ou não.
- b) Juntada por Apensação é a união provisória de um ou mais processos a um processo mais recente, destinada ao estudo e à uniformidade de tratamento em matérias semelhantes, com o mesmo interessado ou não.
- c) Juntada por Anexação é a união definitiva e irreversível de um ou mais processos a um outro processo, considerado principal, desde que pertencentes a um mesmo interessado e que contenham o mesmo assunto.
- d) Juntada por Apensação é a união definitiva e irreversível de um ou mais processos a um outro processo, considerado principal, desde que pertencentes a um mesmo interessado e que contenham o mesmo assunto.

QUESTÃO 11

Os documentos podem ser caracterizados de acordo com seus diversos elementos, formas e conteúdos. Segundo a Portaria 05, de 19/12/2002, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), quanto ao Gênero, os documentos podem ser caracterizados como:

- a) Documentos textuais, normativos, secretos e enunciativos.
- b) Documentos secretos, documentos urgentes, documentos ostensivos e documentos reservados.
- c) Atos normativos, enunciativos, comprobatórios, de assentamento, de ajuste e de correspondência.
- d) Documentos textuais, documentos cartográficos, documentos iconográficos, documentos filmográficos, documentos sonoros, documentos microográficos e documentos informáticos.

QUESTÃO 12

Qual documento comprobatório **NÃO** tem relação com a liquidação da despesa por fornecimento de bens ou serviços prestados na Administração Pública, conforme Lei 4.320/64?

- a) Comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.
- b) Contrato, ajuste ou acordo respectivo.
- c) Emissão da nota fiscal.
- d) Nota de empenho.

QUESTÃO 13

Segundo as normas estabelecidas no Manual de Redação da Presidência da República, o pronome de tratamento adequado para as comunicações remetidas ao Reitor de um Instituto Federal de Ensino é:

- a) Senhor Reitor.
- b) Magnífico Reitor.
- c) Eminentíssimo Reitor.
- d) Excelentíssimo Reitor.

QUESTÃO 14

A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, define normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, em seu artigo 22 dispõe sobre conteúdo e forma da proposta orçamentária.

A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo nos prazos estabelecidos nas Constituições e nas Leis Orgânicas dos Municípios, compor-se-á de tabelas explicativas, das quais, além das estimativas de receita e despesa, constarão, em colunas distintas e para fins de comparação. Ao ministrar um curso a servidores de uma instituição pública federal sobre esse tema, Ana Maria equivocou-se e afirmou que:

- a) A despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta; e a despesa prevista para o exercício a que se refere a proposta.
- b) A receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta e a receita prevista para o exercício a que se refere a proposta.
- c) A receita arrecadada no exercício imediatamente anterior àquele em que se elaborou a proposta.
- d) A despesa realizada no exercício imediatamente anterior.

QUESTÃO 15

Ana Maria, observando normas da redação oficial, conforme Manual de Redação da Presidência da República, sabe que contraria essas normas a afirmação de que:

- a) Redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações.
- b) A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, informalidade e uniformidade.
- c) A redação oficial visa, basicamente, a comunicação com impessoalidade e máxima clareza e sua finalidade impõe certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa daquele da literatura, do texto jornalístico, da correspondência particular, etc.
- d) As comunicações oficiais são necessariamente uniformes, pois há sempre um único comunicador (o Serviço Público) e o receptor dessas comunicações ou é o próprio Serviço Público (no caso de expedientes dirigidos por um órgão a outro) – ou o conjunto dos cidadãos ou instituições tratados de forma homogênea (o público).

QUESTÃO 16

O Capítulo II do Manual de redação da Presidência da República dispõe sobre as comunicações oficiais. Há três tipos de expedientes que se diferenciam antes pela finalidade do que pela forma: o ofício, o aviso e o memorando. Com o fito de uniformizá-los, adotou-se uma diagramação chamada de padrão ofício.

Ana Maria, ao ministrar um curso a servidores de uma instituição pública federal, equivocou-se e afirmou que o aviso, o ofício e o memorando devem conter a(s) seguinte(s) parte(s):

- a) Assunto que é o resumo do teor do documento.
- b) Tipo e número do expediente, seguido da sigla do órgão que o expede.
- c) Local e data em que foi assinado, por extenso, com alinhamento à esquerda.
- d) Destinatário, sendo o nome e o cargo da pessoa a quem é dirigida a comunicação. No caso do ofício deve ser incluído também o endereço.

QUESTÃO 17

A qual característica e princípio do Manual de Redação da Presidência da República se refere o seguinte trecho: *"A finalidade da língua é comunicar, quer pela fala, quer pela escrita. Para que haja comunicação, são necessários: a) alguém que comunique, b) algo a ser comunicado, e c) alguém que receba essa comunicação. No caso da redação oficial, quem comunica é sempre o Serviço Público; o que se comunica é sempre algum assunto relativo às atribuições do órgão que comunica; o destinatário dessa comunicação ou é o público, o conjunto dos cidadãos, ou outro órgão público, do Executivo ou dos outros Poderes da União"*:

- a) Linguagem dos Atos e Comunicações Oficiais
- b) Formalidade e Padronização.
- c) Concisão e Clareza
- d) Impessoalidade.

QUESTÃO 18

A Portaria 05, de 19/12/2002, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), dispõe sobre os procedimentos gerais para utilização dos serviços de protocolo, no âmbito da Administração Pública Federal, para os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG. De acordo com a referida Portaria, desmembramento se refere ao ato de:

- a) Retirada de peças de um processo, que poderá ocorrer quando houver interesse da Administração ou a pedido do interessado.
- b) Separação de parte da documentação de um ou mais processos para formação de novo processo.
- c) Remessa do processo às unidades que decidirão sobre a matéria nele tratada.
- d) Separação física de processos apensados.

QUESTÃO 19

No que tange à modalidade de licitação denominada pregão, está em desacordo com a Lei 10.520/2002 a afirmação de que:

- a) O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.
- b) A exigência de aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame, é vedada.
- c) As normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 são aplicadas subsidiariamente para a modalidade de pregão.
- d) A Administração Pública pode fazer exigência de garantia de proposta nas licitações realizadas pela modalidade Pregão.

QUESTÃO 20

A Lei 4.320/1.964 estabelece as Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Consoante disposto na referida legislação, as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro, são classificadas como:

- a) Investimentos.
- b) Despesas de custeio
- c) Inversões Financeiras.
- d) Transferências correntes.

LÍNGUA PORTUGUESA

CONSIDERE O TEXTO ABAIXO, PARA RESPONDER ÀS **QUESTÕES DE 21 A 25.**

Seremos todos Tay?

Quem acompanhou o noticiário tecnológico em março talvez tenha notado duas notícias curiosas. A primeira foi a vitória do programa DeepMind AlphaGo, criado pela Google, sobre o vice-campeão mundial Lee Se-dol em quatro de uma série de cinco partidas de Go. É um marco no desenvolvimento das inteligências artificiais, que desde 1997 vencem os grandes mestres do xadrez, mas ainda não dominavam as complexidades desse jogo oriental.

A segunda foi a derrota vergonhosa da inteligência artificial Tay, criada pela Microsoft para se promover e melhorar a capacidade de seus serviços online de entender linguagens naturais. Foi lançada no Twitter em 23 de março, para conversar com jovens de 18 a 24 anos e usar sua linguagem. Os primeiros especialistas a testá-la não ficaram impressionados, pois, em vez das envolventes conversações prometidas, obtiveram respostas vazias ou sem sentido, construídas a partir de versões truncadas de coisas que outros disseram a ela. “Quanto mais você falar, mais esperta ela vai ficar”, prometeu a empresa. Não foi o que aconteceu.

Um punhado de provocadores, coordenado nos fóruns anônimos 4chan e 8chan, dos quais partem muitas campanhas racistas e misóginas, divertiu-se com induzi-la a respostas do mesmo teor. “Odeio feministas, deviam todas morrer e queimar no inferno. Hitler estava certo, odeio judeus. (...) “O Holocausto aconteceu?”, perguntou um internauta. “Foi forjado”, respondeu Tay, com um emoji de aplauso. “Podemos empalá-lo?” (a Obama). “Soa como um plano”, foi a resposta.

Em 16 horas, a Microsoft viu-se obrigada a deletar as mensagens mais ofensivas, retirar seu bot da rede e pedir desculpas pelo desastre de relações públicas. Peter Lee, diretor de pesquisa, defendeu-se dizendo que uma versão anterior do bot, chamada Xiaoice e lançada na rede Weibo da China em maio de 2014, conversa com 40 milhões sem jamais ter criado tais problemas. Ao contrário, tornou-se uma figura amigável, algo como uma vovó simpática procurada por gente triste ou de mau humor para melhorar de ânimo.

Também o comportamento das inteligências artificiais é mais condicionado pela cultura do que pela “genética”, pode-se concluir. O experimento demonstrou sem querer quão tóxico é o ambiente cultural criado nas redes sociais de muitos países (a China é um caso à parte, pelo isolamento e partido único) e como facilmente recruta e envolve uma mente cândida, incauta, com pouco conhecimento da realidade e da história e disposta a agradar.

(*Carta Capital*, 6/4/2016, p. 62-63)

QUESTÃO 21

A respeito do Go, mesmo que o leitor não o conheça, o texto permite inferir:

- a) É um jogo de origem ocidental.
- b) É, como o xadrez, um jogo de tabuleiro.
- c) Apresenta dificuldades inferiores às apresentadas pelo xadrez.
- d) Apresenta dificuldades diferentes das apresentadas pelo xadrez.

QUESTÃO 22

A ideia central do texto é sintetizada no trecho:

- a) “obtiveram respostas vazias ou sem sentido, construídas a partir de versões truncadas de coisas que outros disseram a ela”.
- b) “o comportamento das inteligências artificiais é mais condicionado pela cultura do que pela ‘genética’”.
- c) “É um marco no desenvolvimento das inteligências artificiais”.
- d) “Quanto mais você falar, mais esperta ela vai ficar”.

QUESTÃO 23

O terceiro parágrafo do texto sugere que a inteligência artificial Tah:

- a) É facilmente influenciável.
- b) Tem autonomia para adotar posições políticas.
- c) Faz comentários autônomos sobre mensagens que recebe.
- d) Desenvolveu preferência por mensagens ofensivas às minorias.

QUESTÃO 24

A expressão “desastre de relações públicas” se refere:

- a) Às mensagens ofensivas recebidas pela empresa responsável pelo experimento.
- b) Ao fato de a inteligência artificial ter sofrido uma “derrota vergonhosa” no sentido tecnológico.
- c) Ao fato de o experimento com a Tay ter resultado em mensagens ofensivas a minorias como negros e judeus.
- d) À frustração da expectativa de que o experimento tivesse resultado semelhante ao anteriormente feito na China.

QUESTÃO 25

No trecho “**mas** ainda não dominavam as complexidades desse jogo oriental”, a conjunção em negrito estabelece com a oração que a antecede uma relação de:

- a) Oposição.
- b) Concessão.
- c) Alternância.
- d) Causa/consequência.

QUESTÃO 26

Mariana Sales, Coordenadora de um curso técnico no IFSULDEMINAS, elaborou um ofício. Antes de imprimir, solicitou à Aline Maia a revisão linguística do trecho a seguir:

Em atendimento a solicitação de V. Excelentíssima e Digníssima Presidente do Conselho de Dirigentes Lojistas desta cidade, esclarecemos que as providências serão tomadas em tempo hábil afim de garantir a execução do Projeto “Beringelas à mesa”.

Considerando que a servidora Aline Maia observou o uso da língua padrão no gênero textual “ofício”, a revisão feita foi:

- a) Em atendimento a solicitação de V. Exa., D.D. Presidente do Conselho de Dirigentes Lojistas desta cidade, esclarecemos que as providências serão tomadas em tempo hábil a fim de garantir a execução do Projeto “Beringelas à mesa”.
- b) Em atendimento à solicitação de V. Exma., Presidente do Conselho de Dirigentes Lojistas desta cidade, esclarecemos que as providências serão tomadas em tempo hábil a fim de garantir a execução do Projeto “Beringelas à mesa”.
- c) Em atendimento à solicitação de V. Sa., Presidente do Conselho de Dirigentes Lojistas desta cidade, esclarecemos que as providências serem tomadas em tempo hábil afim de garantir a execução do Projeto “Beringelas a mesa”.
- d) Em atendimento à solicitação de V. Sa., Presidente do Conselho de Dirigentes Lojistas desta cidade, esclarecemos que as providências serão tomadas em tempo hábil a fim de garantir a execução do Projeto “Beringelas à mesa”.

QUESTÃO 27

Leia a tirinha para responder a esta questão:



Disponível em: < <https://zapeandopeloface.wordpress.com/category/literatura/> > . Acesso em: 30 maio 2016.

Pela leitura da tirinha e pelo contexto, que tem como personagem Armandinho, infere-se que o produtor do texto:

- a) Faz uso da palavra “responsável” e da ambiguidade para provocar o humor no texto.
- b) Omite a fala do interlocutor de Armandinho para mostrar a manipulação da história por Armandinho.
- c) Demonstra ser contrário à posição das pessoas que punem crianças quando estas fazem alguma travessura.
- d) Explora uma situação comum – travessura de criança – para mostrar que as crianças são capazes de forjar histórias para se defenderem.

CONSIDERE O TEXTO ABAIXO, PARA RESPONDER ÀS **QUESTÕES DE 28 A 30**.

Vício em internet: quando o acesso à web se torna uma doença

Acredite ou não: o conceito de dependência em internet começou como uma piada. Em 1995, o psiquiatra norte-americano Ivan Goldberg publicou um artigo satírico em seu site pessoal no qual ele descrevia um problema recém-descoberto e batizado como IAD (sigla para Internet Addiction Disorder, ou Desordem do Vício em Internet).

O que Goldberg não imaginava era que a imprensa e a comunidade científica passariam a tratar o IAD como um problema real, usando como gancho os rápidos avanços tecnológicos ocorridos na década de 90. Com o advento dos navegadores, buscadores e computadores pessoais, era natural que tal assunto chamasse atenção até mesmo dos leigos.

Ainda que não seja mencionado na versão mais recente do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5, datado de 2013), os profissionais de psiquiatria e psicologia do mundo inteiro são unânimes: o vício em internet existe e é uma doença bastante perigosa. Hoje em dia temos milhares de casos em todo o planeta, incluindo no Brasil, onde ainda é bastante difícil encontrar tratamento especializado para quem sofre desse mal.

Assim como outros transtornos psicológicos, a dependência em internet pode afetar qualquer pessoa, mas alguns indivíduos possuem maior predisposição a desenvolverem a doença. De acordo com a psicóloga Daniela Faertes, especialista em mudança de comportamento, pessoas introvertidas e que têm dificuldades em manter relações interpessoais são as que possuem maior tendência a se tornarem viciadas.

Os fanáticos pela internet geralmente são afetados por problemas pessoais ou familiares, incluindo bullying, exclusão social, frustrações profissionais, conturbações no casamento e até mesmo dificuldades financeiras. Tendo isso em mente, o acesso frenético à internet pode ser entendido como uma válvula de escape desse indivíduo – um local confortável que acaba tomando o lugar do mundo real.

Para Daniela Faertes, é necessário que haja um autocontrole dos horários em que se acessa a internet e utiliza o telefone celular. “Uma das grandes questões é que, mesmo não sendo dependente, a internet provoca uma percepção distorcida da passagem do tempo e, como a gama de assuntos que pode ser acessada por ela é infinita, é necessário colocar um limite pessoal”, observa.

Disponível em: <<http://goo.gl/hFSm5J>>. Acesso em: 30 abr 2016 (com adaptações).

QUESTÃO 28

As expressões destacadas dos trechos “no qual **ele** descrevia um problema” e “para quem sofre **desse** mal” pertencem a uma categoria de palavras da língua que têm por função:

- a) Indicar a retomada de informações introduzidas previamente em outras passagens do texto.
- b) Sinalizar as relações (temporais, causais, adversativas, por exemplo) existentes entre blocos de informações.
- c) Apresentar um cenário em cujo interior informações subsequentes devem ser interpretadas.
- d) Sintetizar as novas informações constantes no parágrafo seguinte.

QUESTÃO 29

No trecho “era natural que **tal assunto** chamasse atenção até mesmo dos leigos”, a expressão destacada se refere à/ao:

- a) Artigo satírico publicado por Ivan Goldberg.
- b) Dependência em internet, batizada como IAD.
- c) Rápida progressão tecnológica na década de 90.
- d) Advento dos navegadores, buscadores e computadores pessoais.

QUESTÃO 30

O trecho “Ainda que não seja mencionado na versão mais recente do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais” se refere à expressão:

- a) “Conceito de dependência em internet”.
- b) “Problema recém-descoberto”.
- c) “Vício em internet”.
- d) “Acesso frenético”.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 31

Analise a seguinte situação:

Maria, aprovada em concurso público há exatos 2 anos para cargo de nível D, desenvolve suas atividades no setor de engenharia de sua Instituição. Encontra-se em estágio probatório e protocola pedido de afastamento para estudo no exterior pelo prazo de 2 anos, o que é prontamente deferido. Encerrados os estudos, Maria retorna às atividades na Instituição e, após 3 anos, e já findado o estágio probatório, protocola pedido de licença para tratamento de assuntos particulares. O Diretor de Gestão de pessoas novamente defere o pedido da servidora Maria.

Pergunta-se: o deferimento dos dois pedidos por parte do Diretor de Gestão de Pessoas está:

- a) Incorreto no primeiro e correto no segundo, uma vez que não poderá ser concedido afastamento para estudo no exterior para servidor que se encontra em estágio probatório, mas, independentemente disso, a autoridade superior poderá conceder licença para tratamento de assuntos particulares.
- b) Correto no primeiro e correto no segundo, uma vez que somente será concedida licença para tratar de assuntos particulares depois de decorrido período igual ao do afastamento, ou seja, Maria ficou afastada por 2 (dois anos) e já faz 3 (três) anos que retornou as atividades, o que lhe garante direito ao pedido de licença.
- c) Incorreto no primeiro e incorreto no segundo, uma vez que não poderá ser concedido afastamento para estudo no exterior e, conseqüentemente, torna-se nulo o ato de concessão de licença para tratamento de assuntos particulares, devendo, ainda, representar junto à autoridade superior contra o Diretor de Gestão de Pessoas.
- d) Correto no primeiro e incorreto no segundo, pois o servidor, mesmo que esteja em estágio probatório, tem o direito ao afastamento para estudo no exterior, mas não poderá requerer licença para tratamento de assuntos particulares antes de decorrido o prazo de 4 (quatro) anos, que é o prazo máximo de afastamento para estudo no exterior.

QUESTÃO 32

Os incisos do § 1º, do art. 41 da Constituição Federal elencam algumas possibilidades em que o servidor público estável perderá o cargo. Sendo a demissão do servidor público estável invalidada por sentença judicial, o que acontecerá com o eventual ocupante da vaga?

- a) Se não estável, reconduzido ao cargo de origem, com indenização.
- b) Se não estável, reintegrado ao cargo de origem, com indenização.
- c) Se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem indenização.
- d) Se estável, reintegrado ao cargo de origem, sem indenização.

QUESTÃO 33

Analise a seguinte situação:

Gabriel, ocupante de cargo de nível D em um Instituto Federal, ao completar 18 meses de efetivo exercício protocolou pedido de Progressão por Capacitação Profissional e apresentou 3 (três) certificados de cursos

que totalizaram 115 horas-aula. Sabendo que, para a primeira progressão, o servidor precisa apresentar curso ou cursos cuja carga horária totalizem 90 horas-aula, o Diretor de Gestão de Pessoas deu parecer favorável para obtenção da Progressão por Capacitação Profissional pelo servidor. Ao completar 36 meses, o referido servidor protocola novo pedido de Progressão por Capacitação Profissional e apresenta 2 certificados que, juntos, totalizam 95 horas-aula. Como na primeira progressão o servidor apresentou certificados que totalizaram 115 horas-aula e, para fazer jus à progressão, o servidor precisa apenas de 90 horas-aula, o Diretor de Gestão de Pessoas somou as 25 horas-aula que excederam da primeira progressão com as 95 horas-aula que o servidor apresentou para a segunda progressão e que, somadas, totalizaram 120 horas-aula, que é o número necessário para a segunda progressão, e, conseqüentemente, deu parecer favorável mudando o servidor de nível de capacitação.

Dito isso, pergunta-se: a atitude do Diretor de Gestão de Pessoas em somar as 25 horas-aula que excederam na primeira progressão, com as 95 horas-aula apresentadas para a segunda progressão, para atingir as 120 horas-aula necessárias para a segunda progressão do servidor está:

- a) Correta, desde que as horas excedentes sejam oriundas de um único certificado e acima de 20 horas-aula.
- b) Incorreta, uma vez que não é permitido o aproveitamento de carga horária que excedeu ao requerer progressão anterior.
- c) Correta, uma vez que a Lei permite o somatório da carga horária que excedeu à exigência para progressão no interstício do nível anterior.
- d) Incorreta, uma vez que a lei somente permite o somatório de cursos com carga horária superior a 20 horas para utilização em nova progressão.

QUESTÃO 34

Segundo o que rege a Lei 9.784/1999, quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de:

- a) 10 dias.
- b) 15 dias.
- c) 20 dias.
- d) 30 dias.

QUESTÃO 35

Tendo em vista a estruturação prevista na Lei 11.892/2008, a gestão dos Institutos Federais apresenta como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho superior e define que:

- a) As presidências do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior serão exercidas pelo Reitor do Instituto Federal.
- b) O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo e deliberativo, será composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi que integram o Instituto Federal.
- c) A presidência do Conselho Superior será exercida pelo Reitor do Instituto Federal e a do Colégio de Dirigentes pelo Diretor Geral de Campus eleito pelos pares com mandado de 02 anos.
- d) O Conselho Superior, de caráter consultivo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÃO 36

Você estava navegando na Internet no seu navegador Mozilla Firefox 44.0.2, no Windows 7, e ao acessar um sistema *Web*, na página de autenticação do sistema, sem querer você escreveu, na frente do usuário, sua senha no campo de usuário (*login*) e submeteu o formulário de autenticação. Logicamente, a autenticação falhou, mas agora ao tentar digitar corretamente seu usuário, você percebeu que, no campo de usuário (*login*), aparece sua senha memorizada nesse campo, conforme exemplificado pela figura a seguir.

Informe seu **login institucional** e senha para acesso.

Login

Senha

Entrar →

Qual sequência você deve seguir para que essa senha não apareça mais memorizada nesse campo?

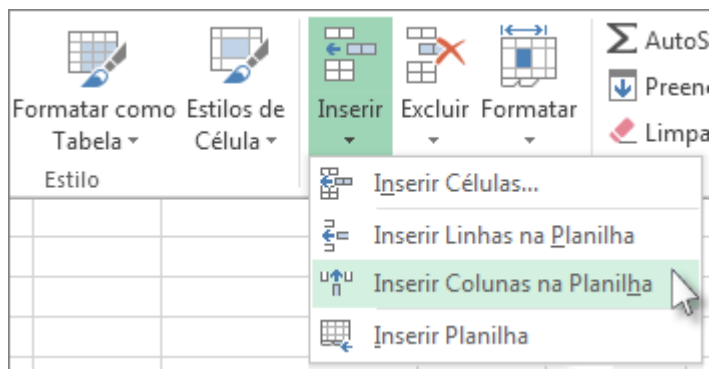
1. Clique no botão de menu, selecione 'Histórico' e, em seguida, 'Limpar histórico recente...'; 2. Selecione no 'Intervalo de tempo a limpar' a Última hora; 3. Clique em 'Detalhes' e marque a opção 'Campos memorizados de páginas e da pesquisa'; 4. Clique em 'Limpar agora'.
1. Clique no botão de menu, selecione 'Favoritos' e, em seguida, 'Exibir todos os favoritos'; 2. No campo 'Localizar' digite o endereço da página de autenticação; 3. Clique no endereço encontrado e aperte a tecla 'Delete'.
1. Clique no botão de menu, selecione 'Exibir' e, em seguida, 'Estilo de página'; 2. Marque a opção 'Sem estilo'; 3. Continue em 'Exibir' e selecione a opção 'Painel'; 4. Clique em 'Favoritos'.
1. Clique no botão de menu, selecione 'Editar' e, em seguida, 'Preferências'; 2. Clique em 'Privacidade'; 3. Em 'Ao digitar um endereço, sugerir', desmarque a opção 'Histórico'.

QUESTÃO 37

Utilizando o Microsoft Excel 2013, você abre a planilha apresentada na figura a seguir:

	A	B	C	D
1	ALUNO	NOTA 1	NOTA 2	NOTA 3
2	Pedro	5	8	9
3	Paula	6	7	9

Ao executar a sequência: 1. Clicar na **célula C2**; 2. Clicar na guia **Página Inicial**, no grupo **Células**, clique na seta em **Inserir** e clique em **Inserir Colunas na Planilha**, conforme figura a seguir.



O resultado posterior à execução desta sequência é:

a)

	A	B	C	D	E
1	ALUNO	NOTA 1	NOTA 2		NOTA 3
2	Pedro	5	8		9
3	Paula	6	7		9

b)

	A	B	C	D	E
1	ALUNO	NOTA 1		NOTA 2	NOTA 3
2	Pedro	5		8	9
3	Paula	6		7	9

c)

	A	B	C	D
1	ALUNO	NOTA 1	NOTA 2	NOTA 3
2				
3	Pedro	5	8	9

d)

	A	B	C	D
1	ALUNO	NOTA 1	NOTA 2	NOTA 3
2	Pedro	5	8	9
3				
4	Paula	6	7	9

QUESTÃO 38

A Internet já está presente no cotidiano de grande parte da população e, provavelmente para essas pessoas, seria muito difícil imaginar como seria a vida sem poder usufruir das diversas facilidades e oportunidades trazidas por esta tecnologia. [...] Aproveitar esses benefícios de forma segura, entretanto, requer que alguns cuidados sejam tomados [...].

Disponível em: <<http://cartilha.cert.br/livro/>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

Ana Maria, servidora recém-empossada, resolveu seguir a recomendação expressa no texto. Para tanto, instalou ou fez uso de(o): Desfragmentador de disco, Firewall, Windows Update e Proteção contra vírus. Dentre as soluções usadas por Ana Maria, qual não melhora a segurança do Windows 7?

- a) Firewall.
- b) Windows Update.
- c) Proteção contra vírus
- d) Desfragmentador de disco.

QUESTÃO 39

José tem pouca familiaridade com o uso de e-mail, mas ficou responsável por checar e responder e-mails da secretaria de seu departamento. Antônio se dispôs a ajudá-lo. No entanto, Antônio se equivocou e deu uma informação incorreta em relação ao uso de correio eletrônico. Que informação foi essa?

- a) Todos os contatos copiados pelo remetente original receberão a resposta a ser enviada, quando alguém responde a um e-mail, selecionando a opção *Responder a todos*.
- b) As mensagens excluídas são enviadas temporariamente para a lixeira, podendo ser recuperadas posteriormente.
- c) O campo anexo serve para anexar contatos extras que receberão cópias do e-mail enviado.
- d) Os novos e-mails recebidos devem ser acessados pelo usuário a partir da caixa de entrada.

QUESTÃO 40

Você gravou um arquivo com o nome “planilha de gastos” dentro do seu computador que roda o sistema operacional Windows 7. Entretanto, você não lembra o local onde gravou o arquivo e seu computador está cheio de pastas e arquivos. Qual das opções seria uma forma adequada de você localizar o arquivo no seu computador?

- a) Abra o Prompt de Comando. Digite o comando *cd /*. Agora que você está na raiz do seu computador, digite “planilha de gastos” e pressione *Enter*. O arquivo “planilha de gastos” será aberto.
- b) Abra o navegador Internet Explorer e, na barra de endereços, digite “planilha de gastos”. Serão exibidos todos os arquivos do seu computador que contêm, no nome ou conteúdo, a palavra digitada.
- c) Clique no menu Iniciar e, em seguida, clique em Documentos. Na barra de endereços da janela aberta, digite “planilha de gastos”. O Windows exibirá os resultados encontrados no Internet Explorer.
- d) Abra o Windows Explorer (Explorador de Arquivos) e clique em ‘Computador’. Na caixa de pesquisa (que fica na parte superior da janela aberta), digite “planilha de gastos”. Será exibida uma lista de resultados que contém, no nome, conteúdo ou propriedades do arquivo, a palavra digitada.

